

METAMORFOSES URBANAS E SEGREGAÇÃO SÓCIO-TERRITORIAL: ANÁLISE COMPARATIVA DOS BAIRROS PORTO DANTAS E JARDINS EM ARACAJU-SE

SANTOS, Alexsandra dos
sandrinhajaf@yahoo.com.br

SANTOS, Cristiane Rose Dias dos
crisroseaju@yahoo.com.br

SANTOS, Ediane Cardoso dos
edigeocardoso@yahoo.com.br

VIEIRA, Lício Valério Lima. (Orientador)
Graduado em Geografia, Mestre em Desenvolvimento e meio Ambiente,
Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, Professor
Adjunto da Universidade Tiradentes – UNIT.
liciovalerio@gmail.com

RESUMO

A Geografia mudou de uma visão estática puramente descritiva do espaço para uma visão mais atuante, desta forma torna-se imprescindível uma reflexão a respeito das cidades e dos processos que a compõem e delas são partes integrantes. O intenso processo de urbanização pelo qual passa as cidades brasileiras promoveu mudanças e arranjos espaciais que são percebidos de inúmeras formas, entre elas está o processo de segregação sócio-territorial. De um lado a periferia com problemas estruturais e deficiência quase que total de equipamentos, de outro os bairros elitizados bem estruturados e amplamente valorizados. O objetivo central desse trabalho é a discussão dos efeitos e causas dessa segregação no contexto da organização do espaço urbano da cidade de Aracaju, notadamente entre os bairros Porto Dantas e Jardins.

PALAVRAS-CHAVE: Equipamentos urbanos. Metamorfoses urbanas. Segregação sócio-territorial. Valorização do espaço.

1 INTRODUÇÃO

É a cidade o objetivo da investigação geográfica urbana. A cidade é uma unidade de análise consistida em um conjunto de edifícios, atividades e população conjuntamente reunidos no espaço.

O tema escolhido é de fundamental importância para a geografia e também para a sociedade, tendo em vista os reflexos do processo de segregação urbana e organização dos espaços na cidade de Aracaju. O ponto principal é analisar e entender como se dá e a partir de quais elementos se identifica a segregação sócio-territorial.

Entender como os equipamentos urbanos influenciam as relações sociais dentro do espaço urbano se torna indispensável para a visão atual de humanização da cidade de Aracaju. Nessa perspectiva se fez necessário fazer um estudo mais aprofundado visando entender claramente o problema de pesquisa: Quais os reflexos no processo de segregação urbana advindas das estratégias utilizadas para uma organização dos espaços dos bairros Jardins e Porto Dantas?

O objetivo geral dessa pesquisa foi analisar os reflexos de segregação urbana advindos das estratégias utilizadas para uma organização dos espaços dos bairros Jardins e Porto Dantas em Aracaju.

Os objetivos específicos foram: caracterizar geograficamente os bairros Jardins e Porto Dantas, identificar os principais equipamentos urbanos dos bairros Jardins e Porto Dantas, comparar a organização espacial dos bairros Jardins e Porto Dantas, estabelecer a influência da especulação imobiliária na organização espacial do bairro Jardins, verificar a dinâmica da valorização do solo urbano a partir do poder aquisitivo da população, compreender como as diferenças de equipamentos influenciam as relações sociais das pessoas

residentes nos bairros Jardins e Porto Dantas.

Para o desenvolvimento da pesquisa, adotou-se uma pesquisa de campo realizada nos bairros Jardins e Porto Dantas da cidade de Aracaju - Se na perspectiva de aliar teoria e prática vivenciando os pressupostos norteadores. Como instrumento de coletas de dados foi distribuído 30 questionários nos dois bairros com perguntas abertas e fechadas.

Um outro instrumento de coleta de dados foram às entrevistas aplicadas em as dirigentes municipais como: Secretaria de Planejamento, Secretaria de Saúde e Educação e Secretaria de Obras e Infra-Estrutura.

A análise e interpretação aconteceram mediante uma abordagem quantitativa e qualitativa onde houve a comparação, explicação, reflexão e análise dos resultados.

Esse artigo está composto de quatro partes, a segunda parte é composta pela fundamentação teórica que trata de assuntos como segregação territorial, valorização do solo urbano e equipamentos urbanos. A parte posterior trata-se do desenvolvimento da pesquisa onde são apresentados os principais resultados, finalizando com as considerações finais.

2 ESPAÇO GEOGRÁFICO E ESPAÇO URBANO: CONSIDERAÇÕES INICIAIS.

Não se pode fugir do fato que qualquer análise sobre as localidades habitadas pelo homem, bem como àquelas intocadas pela mão humana, são sob o ponto de vista da geografia, consideradas de espaços geográficos. Nesse passo, necessário se faz um aprendizado mais aprofundado do termo, para uma maior compreensão dos elementos que

melhor contextualizam a relação homem e natureza, enquanto elementos formadores do espaço geográfico.

Para Carlos (2001, p. 62)

O fio condutor da análise reside na tese segundo a qual, ao produzir sua vida (sua história, a realidade), a sociedade produz, concomitantemente, o espaço geográfico. Tais condições são produzidas pelo trabalho como atividade humana, logo, o desvendamento da atividade do trabalho considerado como processo produtor do espaço geográfico é o ponto de partida e permite discutir, de um lado, a articulação entre as atividades produtivas e não-produtivas no conjunto da sociedade, e de outro, a materialização espacial deste processo, cujo movimento fundamenta-se na contradição entre produção espacial coletiva e apropriação privada.

Continua Carlos (2001) que a cerca da discussão da formação e compreensão de como surge e se desenvolve o espaço geográfico, passa pela análise socioeconômica e sócio-histórica do momento do qual fazem parte e sobre o qual mantém infinitas relações de dependência e interdependência, modificando-se na medida mesma em que vão tornando-se mais complexas as relações produtivas, sociais, políticas daqueles que vivem em determinada localidade e/ou espaço geográfico.

Não se pode dissociar-se o fato da forma como a sociedade se organiza para a produção dos bens econômicos e culturais do seu tempo, matem profundas relações com as noções que cada sociedade exhibe como sendo àquelas necessárias às satisfações da vida material (alimentos e mercadorias) e as da vida intelectual (cultura, religião, concepções político-filosófico etc.).

Percebe-se que os chamados espaços urbanos àqueles onde estão concentrados as repartições públicas, as instâncias governamentais, os pólos centrais dos setores de serviços de um modo geral, podem ser considerados como locais de troca, em que os costumes e práticas sociais, vinculam-se cada vez mais às leis de mercado.

A cidade é considerada como uma realização humana para o homem, feita de maneira dinâmica e ininterrupta. Ela surgiu exatamente da necessidade do homem de fixar-se, construir moradia.

Castelli (1983, p.41), diz que “a cidade é o lugar geográfico onde se instala a superestrutura político-administrativo de uma sociedade que chegou a um desenvolvimento técnico e social (natural e cultural)”. Desta ótica é possível perceber que não há cidade sem uma sociedade pré-estabelecida, ou seja, é a partir dessa estruturação que ela surge.

É, portanto, na cidade que o ser social se constitui e se edifica concretamente. É nela que o avanço técnico-científico acontece e por isso acaba se tornando uma fonte de atração para os homens, que em geral, mantêm ainda uma utópica idéia de que nela se encontra a felicidade.

Desde os primórdios do surgimento das cidades já havia um intrincado comprometimento com o desenvolvimento das atividades comerciais, do trabalho livre, e pouco a pouco assalariado, e, sobretudo ao surgimento e fortalecimento da burguesia (classe social indissociável do comércio). Santos destaca que

A cidade aparece [...] como uma semente da liberdade, gera produções históricas e sociais que contribuem para o desmantelamento do feudalismo. Representava a possibilidades do homem livre da conquista da liberdade de escolha. [...] As cidades puderam formar-se graças a um determinado avanço das técnicas de produção agrícola, a qual propiciou a formação de excedentes de produtos alimentares. Com a existência desse excedente, algumas pessoas puderam dedicar-se a outras atividades, sendo as cidades predominantemente, o lugar de atividades não agrícolas. (1979, p. 53).

Segundo Sposito (2004, p. 11) “a cidade de hoje, é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas [...]”, desta forma, entende-se a cidade como uma construção dinâmica pautada de movimento, interação e até de história e porque não se falar dotada de alma própria, o que diferencia criteriosamente uma cidade da outra.

Diante de todas as concepções não se pode deixar de lado que algumas condições são básicas para o aparecimento das cidades. Condições estas que foram perpetuadas desde o período neolítico até os dias atuais, a saber: fixação do homem na terra, excedente de produção decorrente da evolução tecnológica, divisão da sociedade em classes, organização social, um sistema de comunicação, concentração de outras atividades não agrícolas.

No período paleolítico o homem mesmo sendo nômade e sedentário já lançava alguns degraus para o aparecimento das cidades, no primeiro momento a atenção com os mortos, o homem passa a enterrar os mortos, criando a cidade dos mortos (Munford apud Sposito, 2004).

Porém foi no período neolítico que a condição básica para o surgimento das cidades se concretizou, a fixação do homem na terra através da domesticação de animais e da agricultura rudimentar.

Historicamente, o surgimento das cidades bem como o seu processo de evolução não se deu rapidamente, a condição básica já existia, mas a cidade não é apenas um aglomerado humano, ela exige de maneira clara e muito concreta uma diferenciação social, ou seja, uma organização social dividida em classes que só passa a ser intensificada com a divisão do trabalho. Com o desenvolvimento da agricultura permitiu-se o excedente de produção, era preciso vender ou trocar esse excedente, nem todos os participantes da sociedade necessitavam trabalhar nas atividades agrícolas e começaram a se dedicar a outras atividades, tais como o artesão, o alfaiate, aquele que fabricava os instrumentos necessários à produção (celas de animais, ferraduras etc.) (SPOSITO, 2004).

As cidades mais antigas tinham em comum a sua localização entre os rios (Tigre, Eufrates, Nilo e Amarelo), uma organização dominante teocrática, onde o rei era chefe político e espiritual e sua estrutura interna representada pela elite que residia na área central, ocupando uma posição que favorecia a dominação.

Na antiguidade as cidades eram cercadas por muros, delimitando o espaço urbano e facilitando a defesa contra os inimigos, reforçando os elementos da política e da religião. As ruas possuíam um traçado retilíneo, formando ângulo reto entre si. A parte interna da cidade era reservada aos reis e sacerdotes e onde se localizavam os templos dos deuses e os jardins. As partes externas eram abertas a todos, aí si localizavam as casas mais simples e menos exuberantes. As cidades mais importantes da antiguidade são as representadas pelo Império Romano, Babilônia, Mesopotâmia e Constantinopla (SPOSITO, 2004).

Na Idade Média, o Sistema Feudal aparece em contraposição a Idade Antiga, a população voltou a viver da produção agrícola e com isso as cidades perdiam espaço, dessa forma Castelli (1983, p.43) destaca que a cidade da Idade Média renasce a partir de uma nova dinâmica social inserida na estrutura social precedente. Concretamente a cidade se edifica pela reunião de uma fortaleza em torno da qual se organizara um núcleo de habitação e serviços, e de um mercado, principalmente a partir das Cruzadas.

As cidades na Idade Média caracterizavam-se de dois tipos: as cidades episcopais que eram centros de administração do clero e sobreviviam à custa dos tributos das propriedades dos bispos e do Abade; e os burgos que eram pontos fortificados por muralhas e construídas sob as ordens dos senhores feudais. Em geral, possuíam forma arredondada delimitada pelas muralhas. (SPOSITO, 2004).

Com o aparecimento das cruzadas e reabertura dos postos europeus, inúmeras cidades foram criadas nos arredores das cidades muradas, os lucros do comércio e as necessidades de serviços antes inexistentes propiciaram a formação de uma nova classe social, os comerciantes.

As cidades pouco a pouco vão perdendo a sua função meramente político-administrativo-religiosa e adquire uma conotação mais econômica. As cidades tornam-se sinônimos de trabalho livre concentrando artesões, pedreiros, alfaiates e comerciantes. Centro

e palco de outras questões, desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas. É na cidade que o homem, como ser social se plenifica e se fundamenta, a visão teocêntrica cai, surge o antropocentrismo e a idéia de que a cidade expira as liberdades econômicas, sociais e culturais.

As cidades fechadas, muradas com ruas estreitas, dão lugar às cidades abertas, com ruas movimentadas e avenidas largas em vias de crescimento igual ao novo sistema econômico, o capitalismo balizado pelas grandes navegações, a expansão mercantilista, a Revolução Industrial, libertação dos escravos, a institucionalização do trabalho assalariado, e outros equacionados numa ordem cronológica até os dias atuais, os quais passam a refletir no processo de (re) ordenação do espaço urbano.

2.1 As Cidades Brasileiras e Os Problemas Urbanos

O processo de formação das cidades brasileiras se confunde exatamente com o processo histórico de colonização do Brasil. As cidades brasileiras começaram a nascer e se desenvolver no período colonial. Alguns historiadores afirmam que elas se desenvolveram sempre no sentido econômico, daí se distingue em cinco fases claras de acordo com os ciclos econômicos: pau-brasil, açúcar (litoral), mineração (interior), café e industrialização.

No Brasil, a urbanização e o desenvolvimento das cidades ganharam impulso após a década de 1930 quando se acelerou o processo de industrialização. O Brasil deixou de ser um país eminentemente agrário e rapidamente passou a ser um país extremamente urbano, atualmente mais de 80% da população brasileira vivem nas cidades.

A indústria aparece na economia nacional como opção de investimentos para os latifundiários de café. Cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte apresentavam uma condição favorável para o início desse processo. Tinham capital, mão-de-

obra, trabalho assalariado e equipamentos urbanos. Os trabalhadores livres da escravidão, mas desprovidos dos meios de subsistência, a terra, afluíam para as cidades em busca de trabalho, tornando-se assalariados na produção das indústrias e na circulação de mercadorias. As cidades cresciam e perdiam suas características originais, voltando-se para a produção de mercadorias e transformando-se em aglomerações urbanas.

A cidade cresce e com ela os problemas, esta frase resume o que Santos citado por Boligian (2001) escreve em seu livro *A urbanização brasileira*:

Com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. (...) Em todas elas problemas com os de emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde, são genéricos e revelam enormes carências. Quanto maior a cidade, mais visíveis se tornam essas mazelas. (1998; p. 57).

O modelo de urbanização brasileiro é fundamentado na metropolização e no crescimento econômico, os quais trouxeram conseqüências sociais e ambientais. O rápido crescimento das cidades levou a uma explosão demográfica, a população aumentou aceleradamente e a oferta de empregos, habitações, infra-estrutura e serviços não acompanhou o mesmo crescimento, o que provocou um desequilíbrio entre população e a qualidade de vida nas cidades. É justamente essa desigualdade das classes sociais que fundamenta os problemas urbanos. Mas combater a estrutura econômica geradora da fome, do desemprego, da violência, da habitação irregular e precária é a pergunta chave dos principais debates da sociedade atual.

As célebres frases “Qualificação profissional” e “Experiência comprovada” assustam mais da metade da população economicamente ativa da cidade e suas conseqüências são catastróficas. Sem qualificação o trabalhador não consegue emprego, pois as exigências do mercado são superiores aquilo que ele aprendeu na escola.

Esses são questionamentos que o planejamento urbano tenta solucionar e equacionar através das políticas públicas. Mas os problemas urbanos vão além de problemas

sociais e econômicos, dizem respeito também aos problemas ambientais gerados pelo inchaço das cidades como o armazenamento de resíduos sólidos (lixo), poluição atmosférica, diminuição e desmatamento das áreas verdes, aterramento de mangues, poluição de rios, dentre outros. A cidade precisa ser o lugar para se viver bem e não o lugar onde a população cresça a margem do sistema.

2.2 Desenvolvimento Urbano e Segregação Sócio-territorial

A cidade tem a sua própria estrutura interna e externa que se trata da forma de organização espacial assumida por ela levando em conta a produção, o espaço e as formas de reprodução.

Ainda que existam diferenças quanto às problemáticas apresentadas pelas cidades brasileiras, em sua matriz e origem todas trazem como elementos comuns: emprego ou desemprego, transportes, lazer, água, esgotos, segurança, todos reveladores em maior ou menor grau, do crescimento urbano e da urbanização não plenamente planejado. Diante da realidade brasileira quanto maior a cidade, mais visíveis são os problemas oriundos do mau planejamento ocorrido em seu processo de sua urbanização.

É cristalina a constatação segundo a qual, as cidades brasileiras contemporâneas, principalmente as de maior porte e complexidade, apresentam certa desorganização, fazendo transparecer sua urbanização de caráter corporativo, cujas características inclinam-se para: dimensões urbanas, modelos rodoviários, carências de infra-estruturas, especulação fundiária e imobiliária, problemas de transportes, introversão e periferização da população, fato que ocasiona, um modelo geográfico urbano concentrado no binômio centro-periferia, representando espaços fragmentados e articulados, reflexos e condicionantes sociais (CORRÊA, 2002).

Dessa forma não se pode falar de espaço urbano capitalista no Brasil sem falar de desigualdades sociais, sem excluídos ou marginalizados urbanos.

Quando se fala de bairros elitizados remota a mente a idéia de aconchego, facilidades e equipamentos disponíveis. É verdadeiramente essa a imagem de um bairro de elite nas cidades brasileiras. Em geral moram nesses bairros as camadas da população que apresentam um poder aquisitivo maior e por isso “merecem” uma infra-estrutura melhor. Vias mais largas e asfaltadas para suportarem o alto tráfego circulante, esgotamento sanitário adequado, sistemas de água e luz elétrica, coleta de lixo regular, praças e canteiros arborizados e humanizados são equipamentos indispensáveis a um bairro de elite. Além dessa infra-estrutura apresentam grandes hipermercados, postos de gasolina, shopping centers, clínicas e hospitais particulares, melhores escolas, configurando-se em amenidades construídas para valorizar essas áreas.

A maioria da população, no entanto, reside na periferia que são bairros mais afastados do centro da cidade, sem amenidades, com deficiência de equipamentos urbanos onde moram as classes mais pobres das cidades. Além da falta de rede de esgoto, apresentam transportes coletivos precários, ruas apertadas com pouca iluminação, longe das áreas de lazer e supervalorizadas da elite.

Essa segregação espacial não diz respeito somente ao econômico, mas um conjunto de ações sociais e culturais que em parte é ratificada pelos promotores e pelo Estado quando financia e planeja a construção de equipamentos e infra-estrutura diferenciada. Periferia e bairros elitizados, espacializam a contraposição de camadas sociais.

São nas periferias que acontecem as maiores metamorfoses do espaço urbano, como a construção de praças, novos prédios, áreas de lazer, hospitais, construção dos shoppings centers. Essas áreas são palcos de especulação imobiliária o que causa uma segregação espacial. (SANTOS, 1998)

Para Ribeiro (1997, p. 71) a terra não é um bem produzido que, portanto, não tem valor, mas adquire um preço. Esse fato mostra que o preço fundiário nasce do encontro da lei de oferta com a lei da produção por terras. É a demanda por terras que suscita a oferta, ou seja, o preço da terra é determinado pela demanda.

Conforme Corrêa (2003, p. 67) a organização espacial é “produto da ação humana, ao longo do tempo”, sendo, portanto reflexo social, resultado do trabalho e da sua divisão que transforma de forma distinta a natureza primitiva criando formas espaciais diferentes.

Como essa organização é fruto do reflexo da sociedade e dos sistemas, a organização espacial hoje é reflexo do sistema capitalista em todas as suas dimensões,. Como o sistema capitalista é excludente e centralizador, assim também se dará a organização espacial das cidades capitalistas.

A específica divisão social do espaço urbano está caracterizada na segregação residencial, a segregação seria como sugere Park (apud Corrêa 2003 p. 59) “ uma concentração de tipos de população dentro de um dado território”.

A junção da população nesse território se dá de acordo com três características fundamentais: status econômico, urbanização e etnia originando áreas sociais, ou seja, bairros homogêneos, segregados, uniformizados. CORRÊA (2003, p. 60).

A Segregação social é resultado de um conjunto de fatores que juntos definem e ratifica a sedimentação das classes em um determinado território dentro do próprio espaço urbano, ou seja, dentro da mesma cidade existe áreas estritamente sedimentadas e organizadas para um determinado grupo de pessoas que fazem parte de uma mesma classe social.

Além das forças econômicas e de produção, um outro elemento fundamental nesse processo é o Estado, como articulador e até mesmo responsável pela segregação direta ou indiretamente, promovendo dos serviços públicos a exemplo da construção de estradas, anéis

viários, sistema de água, luz e esgotos, coleta de lixo, construção de equipamentos urbanos de lazer e de bens de primeira necessidade.

O Estado também é um grande consumidor do espaço urbano, através da locação de espaços para construção de órgãos públicos, escolas, hospitais, equipamentos de lazer e obras costeiras.

Corrêa (2003, p. 25) destaca que

Esta complexa e variada gama de possibilidades de ação do estado capitalista não se efetiva ao acaso. Nem se processa de modo socialmente neutro, como se o Estado fosse uma instituição que governasse de acordo com uma racionalidade fundamentada nos princípios de equilíbrio social, econômico e espacial, pairando acima das classes sociais e de seus conflitos. Sua ação é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedades de classes, bem como das alianças entre eles. Tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos da classe dominante que, a cada momento, estão no poder.

Em geral, os bairros diferenciam-se por vários fatores entre eles: poder aquisitivo da população residente; etnia (notadamente a racial), fatores culturais e religiosos, porém eles não agem de maneira isolada, são fenômenos entrelaçados entre si de modo a influenciar a vida de todos os moradores de uma cidade (SOUZA, 2005).

2.3 Formas e Representações da Segregação nas Cidades

De acordo com Souza (2005) o fenômeno de segregação é dividido em duas formas distintas.

O primeiro chamado de segregação induzida se dá a partir do momento em que parcela da população seja por pobreza ou outros fatores, são levados a viverem em áreas menos atraentes da cidade com pouca infra-estrutura, sendo de certa forma excluídos das áreas mais aptas e dotadas de equipamentos urbanos atraentes e mais valorizadas.

Em países subdesenvolvidos, como o Brasil, a segregação é vivida e experimentada diariamente pela maioria da população. Que vivem em favelas, em

loteamentos de periferias, nas chamadas invasões, em condições subumanas e cada vez mais fora do alcance das áreas de maior valorização e infra-estrutura, reservados para uma população de maior poder aquisitivo (SEPLAN, 2005).

O segundo é chamado de auto-segregação e se caracteriza fundamentalmente pela questão da opção em morar em áreas afastadas da cidade na busca de tranquilidade ou ainda para fugir da violência. São exemplos desse tipo de segregação os condomínios fechados.

A diferença básica entre os dois tipos de segregação é a questão da opção e da escolha. A escolha de onde e como quer morar é privilégio de poucos na atual conjuntura do Brasil.

Alguns problemas são de fato ratificados ou tem na segregação a sua origem. É evidente que problemas urbanos são estruturais e não demandam unicamente na distinção ou não diferenciação de áreas dentro da cidade.

No entanto, o que convém destacar é que o relacionamento entre as pessoas que vivem na cidade é profundamente abalado fazendo com que as noções de espacialidade, território e área se resumam a porções manobradas de problemas, de medo, de inquietação e frustração.

A segregação divide e retalha a cidade em lotes, hierarquizados e privilegiados ou não de acordo com fatores econômicos, logo cada “lote” (bairro) são próprios para os grupos que neles residem.

2.4 Reforma Urbana e Estatuto das Cidades

A cidade é um conjunto formado pelas suas formas concretas como prédios, praças, ruas e avenidas, solo urbano, lojas e espaço vivido que são as relações sociais dentro do espaço urbano. Nessa perspectiva, surge a necessidade de mudança, de uma nova

reestruturação da cidade para que ela possa atender logicamente a sua gênese. A Reforma Urbana surge exatamente como sinal e desejo pela melhoria das condições de vida nas cidades (SOUZA, 2005).

A Reforma Urbana gira em torno de objetivos geral e específicos que fundamental a sua necessidade, qual seja a promoção real do desenvolvimento urbano, redução do nível de disparidade sócio-econômica espacial intra-urbana, democratização do planejamento e gestão do espaço urbano (SOUZA, 2005).

A efetivação da reforma urbana se dá através do Estatuto das Cidades que fixa parâmetros para aplicação da política urbana da Constituição de 1988. Basicamente o Estatuto das Cidades define as diretrizes e instrumentos de gestão urbana.

Verifica-se que nas grandes cidades principalmente, as formas urbanas se recriam constantemente, assumindo conseguintemente novos sentidos. Também as novas tecnologias, os meios de comunicação, imprimem nas sociedades uma nova concepção de ocupação dos espaços urbanos.

É verdade que o processo de reprodução do espaço, reflete as transformações ocorridas na sociedade, produzem contradições em consonância com as atuais contradições originadas pelo capitalismo hegemônico.

Quando se trata da revitalização de espaços urbanos, implicitamente lida-se com realidades surgidas em conseqüências de planos diretores mal elaborados, interesses voltados para o atendimento do poder econômico, interesses políticos escusos, que contaminam à forma como as cidades vão promovendo a adequação de suas arquiteturas públicas aos conceitos de modernidades que se lhes apresentam.

Na visão de Carlos (2004, p. 112) ao discorrer sobre a natureza do processo de revitalização brasileiro, pode-se dizer que:

o processo de reprodução dos lugares da cidade, enquanto processo de revitalização urbana tem sua fundamentação numa racionalidade que se

impõe enquanto processo autofágico, onde a demolição dos lugares familiares, para a produção de novas formas urbanas, se realizam aprofundando a segregação pois expulsam a população inadequada, e destroem as referências como elementos definidores da identidade.

Estão claros que, os motivos e molas propulsoras dos processos de revitalizações postos em práticas em todas as cidades brasileiras e mundiais, correspondem a concepções segundo as quais, a revitalização vem para atender os interesses imobiliários que surgem em faces das localidades para quais são direcionados.

3 METAMORFOSES URBANAS E SEGREGAÇÃO SÓCIO-TERRITORIAL: ANÁLISE COMPARATIVA DOS BAIRROS PORTO DANTAS E JARDINS EM ARACAJU

O presente capítulo trata da segregação territorial existente dentro da cidade de Aracaju, notoriamente entre os bairros Porto Dantas e Jardins, processo que não diz respeito, somente ao poder econômico das pessoas residentes nesses bairros mas, sobretudo a um conjunto de ações sociais e culturais, que em parte são ratificadas pelo Estado quando financia e planeja a construção de equipamentos e infra-estrutura diferenciada dentro da própria cidade. Assim sendo, torna-se necessária uma reflexão e uma análise das metamorfoses urbanas provocadas por essa segregação.

3.1 Aspectos Gerais da Cidade de Aracaju

Com uma área de 181 km², localiza-se no estado de Sergipe na Microrregião de Aracaju fazendo limite com o Oceano Atlântico à leste, a oeste o município de São Cristóvão, ao sul de Itaporanga D' Ajuda e ao norte o município de Nossa Senhora do Socorro. Segundo o Censo possui uma população estimada em 461.534 habitantes (IBGE, 2000).

Em 17 de março de 1855 foi oficializada a transferência da capital de São Cristóvão para Aracaju, o que causou uma revolução na vida dos sergipanos, pois aproximou o eixo político e econômico de Sergipe criando uma cidade livre, sem a dominação dos senhores de engenho.

Aracaju foi projetada para atender as necessidades da época, ser um centro político-administrativo de fácil acesso e facilitar o escoamento da produção de açúcar, ou seja, interesses políticos e econômicos.

O engenheiro Sebastião Basílio Pirro foi o responsável pelo planejamento da cidade que seria a nova capital da província de Sergipe Del Rei. Ele projetou a cidade contrapondo as condições topográficas naturais, traçando um aspecto geométrico sob a forma de um tabuleiro de xadrez sem grandes complicações.

O primeiro núcleo da cidade se desloca do Alto da Colina do Santo Antonio e desce para margens do Rio de Sergipe, onde se desenvolveu na área compreendida entre a Praça Fausta Cardoso e a Praça General Valadão. Essa área era ocupada pela Elite Sergipana, fato percebido pela arquitetura das casas, a população de baixa renda residiam ao longo da prainha do Bairro Industrial, já na parte norte da cidade.

A partir de 1900, iniciou-se o processo de desenvolvimento de Aracaju, a sua expansão e conseqüentemente o início da suas metamorfoses.

O crescimento desordenado da população fez com que a oferta de emprego, de serviços públicos com saúde, educação, transporte, abastecimento de água, esgoto e habitacional se tornam insuficientes. Esses fatores combinados e reunidos provocam na cidade um inchaço populacional.

Alguns processos se tornaram evidentes como o aumento de prédios e edifícios sempre com um número cada vez maior de andares, agregação de áreas adjacentes à cidade

principalmente para a construção de conjuntos habitacionais, essas áreas hoje fazem parte da Grande Aracaju.

Meados dos anos 70, uma nova política pública atingia Aracaju, a construção de conjuntos habitacionais. Conheceu-se nesse momento, outro momento importante da vida da cidade. Inúmeros conjuntos habitacionais foram construídos em todos os pontos e direções da cidade, a exemplo do Augusto Franco, Médici, Castelo Branco, Sol Nascente, o Orlando Dantas, Bugio. Estrategicamente esses conjuntos situavam-se longe do centro da cidade, o que possibilitou e favoreceu a construção de avenidas que interligavam esses conjuntos ao centro da cidade.

Na década de 80, Aracaju já contava com uma paisagem completamente diferente, o inchaço da cidade era grande, não possuía espaço para abrigar a população, e mais uma vez, o governo do estado viabiliza a construção de mais conjuntos habitacionais, agora ocupando áreas de outras cidades. Dessa época surgem os conjuntos João Alves, Marcos Freire I, II e III, Fernando Collor, Eduardo Gomes e outros. No final dos anos 90, os espaços de valorização urbana começam a aparecer, condomínios fechados dotados de grande infraestrutura, atraindo a população com um maior poder aquisitivo para áreas até então inóspita, a chamada atual a Zona de Expansão de Aracaju.

3. 2 Aspectos Gerais dos Bairros Porto Dantas e Jardins

A área em estudo pesquisada diz respeito aos bairros Porto Dantas e Jardins, ambos localizados na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe. As informações a seguir foram frutos de diversas estratégias metodológicas aplicadas pelas autoras durante as atividades de pesquisa de campo.

O bairro Porto Dantas localiza-se na zona norte de Aracaju, mas precisamente entre os bairros Industrial, Japãozinho e Alto da Jaqueira.

Sua história aponta que essa era uma área de sítio, de propriedade particular que fica em um morro, antes toda essa área pertencia a um engenho que tinha a casa grande, onde hoje é o bairro Alto da Jaqueira, e a senzala, a parte mais baixa, onde hoje se situa o bairro Porto Dantas ou como antigamente Porto das Antas, como os moradores mais velhos do bairro conhecem.

Com o crescimento e a expansão da cidade, fez-se necessário a apropriação de outros espaços que acomodasse a população crescente da cidade, expulsas das áreas centrais devido o alto custo de moradia dessa áreas. Assim foi feito um loteamento de um terreno com pouca infra-estrutura, sem água e sem luz elétrica, a única infra-estrutura era as ruas que separavam os lotes. A população que comprou primeiramente esses lotes proviam do bairro Industrial ou do interior do estado, que vinham para a cidade em busca de melhores condições de vida, atraída pelo baixo custo dos terrenos.

A demanda da população cresceu rapidamente e áreas localizadas junto ao morro foram invadidas descaracterizando o traçado preparado par o loteamento. Recentemente a necessidade de moradia, obrigou aos “sem-teto” a invadir as áreas de mangue que foram aterradas para abrigar os moradores de baixa renda quase sempre desempregados e com um grande número de filhos.

Por sua vez, o bairro Jardins é uma das áreas mais valorizadas da cidade de Aracaju, porém, o processo de ocupação e desenvolvimento do bairro é recente é de apenas 10 anos. Essas áreas hoje ocupadas pelo bairro eram compostas pelo ecossistema de mangue situada na parte sul da cidade, que conheceu a sua valorização após a construção do Shopping Jardins, o segundo do estado e o primeiro em visitação atualmente. O papel das imobiliárias foi decisivo para a formação do bairro que conta com uma grande infra-estrutura e inúmeros

equipamentos de lazer e de entretenimento. O bairro Jardins foi regulamentado pela lei 2.666, de dezembro de 1998, na administração do prefeito Augusto Gama. Situa-se entre os bairros Grageru , Luzia, Leite Neto e 13 de Julho.

As dificuldades encontradas pelos moradores são quase nulas, a não ser pela presença do canal e os terrenos baldios, que na verdade são áreas de especulação imobiliária. É considerado um bairro de *status* com uma população residente com renda entre 05 e 10 salários mínimos e com um bom grau de escolaridade.

3.3 Equipamentos Urbanos: Excesso e Falta

Os bairros diferenciam-se por vários fatores e um deles são os equipamentos urbanos que são construídos tanto pelo poder público como por capital privado, visando atender a interesses diversos notoriamente interesses políticos e econômicos.

Nos bairros da periferia das cidades, a exemplo do bairro Porto Dantas, são em geral esquecidos pelos órgãos públicos no que se refere a equipamentos urbanos de lazer e infra-estrutura básica. Neste bairro observou-se a existência de igrejas, mercearias e mercados de pequeno porte, posto de saúde, creche de educação infantil e uma única escola de ensino fundamental, além do posto policial. Faltando equipamentos de lazer para a população como praças, parques infantis e quadra de esportes.

Já nos bairros nobres como o Jardins, a realidade já é bem diferente. A presença de vários equipamentos urbanos como: igrejas, academias, áreas de lazer, escolas, galerias, farmácias, bancos e principalmente o shopping que agrega quase todos os equipamentos existentes no bairro, o que valoriza e aumentam o valor de uso do solo urbano, transformando em uma área de status e onde residem pessoas de alto poder aquisitivo. Apesar de ser considerado um bairro com boa infra-estrutura e equipamentos em comparação com outros

bairros da cidade, o bairro Jardins é palco de várias discussões, uma delas é a presença do canal aberto e a quantidade excessiva de edifícios que prejudicam a circulação e o deslocamento das brisas marinhas provocando as “ilhas de calor”. Porém esses problemas se tornam pequenos diante dos atrativos que o bairro oferece, morar no Jardins é sonho de muitos e realização de poucos.

3.4 Organização Espacial e Influência da Especulação Imobiliária

Inicialmente a ocupação da cidade se deu junto ao centro onde se fixava o comércio, a estrutura política e as melhores habitações da cidade, em geral, o centro da cidade era ocupado pelas pessoas mais influente da sociedade da época. As pessoas com menor poder aquisitivo migraram das áreas centrais da cidade para as áreas de periferia.

Foi assim que se deu a ocupação a exemplo do Porto Dantas. O pontapé inicial para a formação e estruturação do Bairro foi um loteamento que cresceu de maneira desordenada para as áreas de encostas e de mangues, com moradias subumanas, com precária infra-estrutura e faltando saneamento básico, porém a parte do bairro onde ocorreram os lotes também sofre com a precária infra-estrutura apesar de ser a parte mais favorecida do bairro. É na verdade um aglomerado de pessoas que vivem com as menores condições de vida e de lazer.

No bairro Jardins a influência dos agentes imobiliários e a construção do shopping atraíram um grande contingente de pessoas que buscavam posição privilegiada para áreas próximas a ele. Essa aproximação com o shopping foi fator determinante para a organização do espaço do bairro Jardins, quanto mais próximo ao shopping mais valorizado é o solo urbano. Grandes construtoras compraram terrenos antes para agora vender e construir condomínios luxuosos transformando o bairro em uma das áreas mais nobres de Aracaju.

3.5 (Des)Valorização do Solo Urbano

A valorização do espaço urbano se dá diretamente pelo preço da terra que é definida pela localização, pelos equipamentos urbanos e a infra-estrutura disponibilizadas pelo Estado em qualquer de suas esfera, bem como pelo capital privado, denominadas de “amenidades”. Uma área que possua ruas e avenidas amplas que facilitem o tráfego, supermercados de grande porte, esgotamento sanitário adequado, praças e canteiros arborizados, são logicamente mais valorizadas que uma área sem qualquer tipo de infra-estrutura física e de lazer.

As cidades de antes transformam-se agora em produto de especulação imobiliária. Antes imóveis simples, dão agora lugar a luxuosas casas e de alto valor fundiário.

A especulação fundiária é geradora do aumento do preço da terra. Os proprietários fundiários visam o uso do solo urbano, as áreas de utilização agrícola da periferia é substituída pelo urbano, gerando assim um processo de valorização fundiária. E com esse fato, verifica-se a reprodução do espaço, com as demandas de terras e habitações.

É o valor do espaço que se manifeste em todas as formas de rede fundiária.

Contudo o homem está no centro da discussão do espaço, na posição de sujeito. Pois o espaço é humano porque o homem o produz e não, simplesmente, porque nele habita. A sociedade produz o espaço e o espaço vai se reproduzindo.

Segundo Santos (1991, p. 61) o espaço sempre foi o lócus da produção. A idéia de produção supõe a idéia de lugar. Sem produção não há espaço e vice-versa.

O processo direto da produção é, mais que as outras instâncias produtivas que são a circulação, repartição e consumo, tributário de um pedaço determinado do território. Na produção de bens materiais o território tem de ser adequado ao uso procurado e a

produtividade do processo produtivo depende, dessa adequação. O uso direto do espaço, leva ao nível mais alto que jamais a sua capacidade de transferir o valor ao conjunto de instrumentos e meios de trabalho que nele tem base.

Segundo Clack (1982) o solo urbano disponível é limitado em quantidade, ele tem um valor econômico. O primeiro é o valor do uso e ele é uma medida de valor derivado do fato de se colocar mercadoria para funcionar; o segundo é o valor de troca sendo o valor realizado quando a mercadoria é vendida. O solo é uma mercadoria indispensável ao indivíduo. Portanto, aqueles que possuem solo estão colocados em uma posição econômica de poder sobre todos aqueles que não tem.

A valorização do espaço se dá justamente pela possibilidade de remuneração do capital investido em terras e operações das imobiliárias e o bairro Jardins é exemplo muito claro dessa realidade, tudo o que foi investido com a construção do shopping, hoje retorna através da valorização e alto custo de um imóvel.

Neste contexto, destaque para a ocorrência de áreas ainda sem uso ou ocupação nos dois bairros. No Porto Dantas os terrenos baldios representam e potencializam problemas sócio-ambientais, enquanto que no Jardins a especulação define o uso e a ocupação do solo no tempo e no espaço, sempre direcionando para o aumento do valor da terra.

3.6 Influência dos Equipamentos Urbanos nas Relações Sociais

Os bairros diferenciam-se por vários fatores, entre eles: o poder aquisitivo da população residente, etnia (principalmente a racial), fatores culturais e religiosos, porém esses fatores agem de maneira isolada, são fenômenos entrelaçados entre si de modo a influenciar a vida de todos os moradores de uma cidade. A cidade não existe, se não existe a relação social, cultural e religiosos entre os seus moradores.

Conforme observado na pesquisa de campo no Porto Dantas, as relações sociais se dão de uma forma mais dinâmica, todos se conhecem e acabam de alguma forma participando da vida em grupos. A única opção de lazer tanto para as crianças como para os adultos consiste em ficar na porta dos vizinhos nas chamadas “rodas de vizinhos” onde jogam baralho, dominó, ou simplesmente trocam conversas. Paradoxalmente a falta de equipamentos de lazer como praças e parques condiciona a população a relações mais profundas e até mais humanas.

Já no bairro Jardins, a individualidade dos habitantes é um fator bastante presente, cada família escolhe o seu próprio divertimento sem se preocupar com o vizinho. Uma área privilegiada, com equipamentos de lazer diferentes condiciona a população a uma realidade diferente da periferia, já não se vê por exemplos crianças brincando na rua, onde passam carros, motocicletas e outros veículos, isso não quer dizer, que os moradores de áreas nobres não realizem atividades grupais, porém o que se percebe não é uma relação de amigos, mas de “tribos” em geral de adolescentes e jovens que se reúnem no shopping. Essas “tribos” nada mais são do que grupos seletos onde a participação é condicionada e direcionada por fatores muito restritos.

Cada bairro possui uma dinâmica própria, onde cada indivíduo está profundamente ligado ao meio em que vive. Assim um morador do bairro Porto Dantas, não apresenta as mesmas características de um residente no bairro Jardins, logo quando não há uma interação social entre eles, gera e estigmatiza ainda mais o fenômeno da segregação.

Se há um alto grau de segregação entre os bairros, a relação social entre os diferentes habitantes diminuirá em função dos medos atuais, como violência, pois se não há convivência, não há relação e nem interação, o que extinga o preconceito.

Por outro lado afirma Souza (2005) que quanto menos segregação maiores são as chances de intercâmbio e convivência, bem como melhores condições de habitação e de

humanidade em todos os sentidos, fará com que as diferenças entre os habitantes da cidade também diminuam.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade é palco de varias manifestações da sociedade. Hoje é praticamente inconcebível a idéia de um mundo sem a cidade, que se tornou e se torna a cada momento marca histórica do atual processo social e econômico das sociedades.

O desenvolvimento do capitalismo só foi possível graças a presença da cidade, que se tornou repetidora das suas idéias e concepções. Acumulação, segregação, desenvolvimento, desigualdade social, política e financeira são palavras chaves nesse contexto. O auge das cidades se deu a partir dessa estratégia do capitalismo refletindo em todos os seus processos.

A diferenciação de áreas dentro da cidade de Aracaju, é algo visível, a exemplo de outras capitais e cidades brasileiras. É possível numa simples corrida de carro ou de ônibus, ver como a paisagem urbana se modifica, o padrão de construção das residências, tudo vai mudando gradativamente. O estudo comparativo entre dois bairros com intensas e profundas diferenças no que tange a infra-estruturas e equipamentos urbanos aí instalados é o que pretende analisar a luz do processo de segregação sócio-espacial e perceber como o espaço urbano é extremamente modificado e condicionado.

As casas mais simples “pobres” localizam-se nos terrenos mais baratos onde há uma insuficiência de infra-estrutura e que pertencem a prefeitura ou estão em processo de litígio. A cor da periferia é diferenciada das áreas ocupadas pelos bairros “ricos”, enquanto estas são verdes, com amplas e de variadas dimensões e estilos, e ruas vazias, as moradias pobres apresentam-se empilhadas num misto de autoconstruções e favelas caracterizando-se como áreas subumanas. (CARLOS, 2004 p. 123-124).

Assim pode-se afirmar que as cidades brasileiras são a expressão máxima da condição de extrema injustiça social e falta de um compromisso político mais conseqüente.

Com este trabalho foi possível caracterizar os elementos norteadores da segregação sócio-territorial como os equipamentos urbanos, infra-estrutura e valorização do espaço a fim de analisar os reflexos advindos dessa segregação para organização espacial dos bairros Porto Dantas e Jardins.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLIGIAN, Levon; MARTINEZ, Rogério; VIDAL, Wanessa Pires Garcia; BOLIGIAN, Andressa Turcatel Alves. **Espaço e Vivência**. Organização do Espaço brasileiro. São Paulo: Atual, 2001. v. 2

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Repensando a Geografia).

_____. **O espaço urbano**. Novos Escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **Dilemas Urbanos**: Novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983. v. 48. (Coleção Pensamento crítico).

CINFORM MUNICÍPIOS. **Histórias dos Municípios**. Junho, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2003.

_____. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 2003.

RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz. **Dos Cortiços aos condomínios fechados**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1997.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SOUZA, Maria Adélia. **Governo Urbano**. São Paulo: Nobel, 1998.

SOUZA, Marcelo Lopes. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 192p.

APÊNDICES

Foto1- Localização dos Bairros Porto Dantas e Jardins – Aracaju –SE

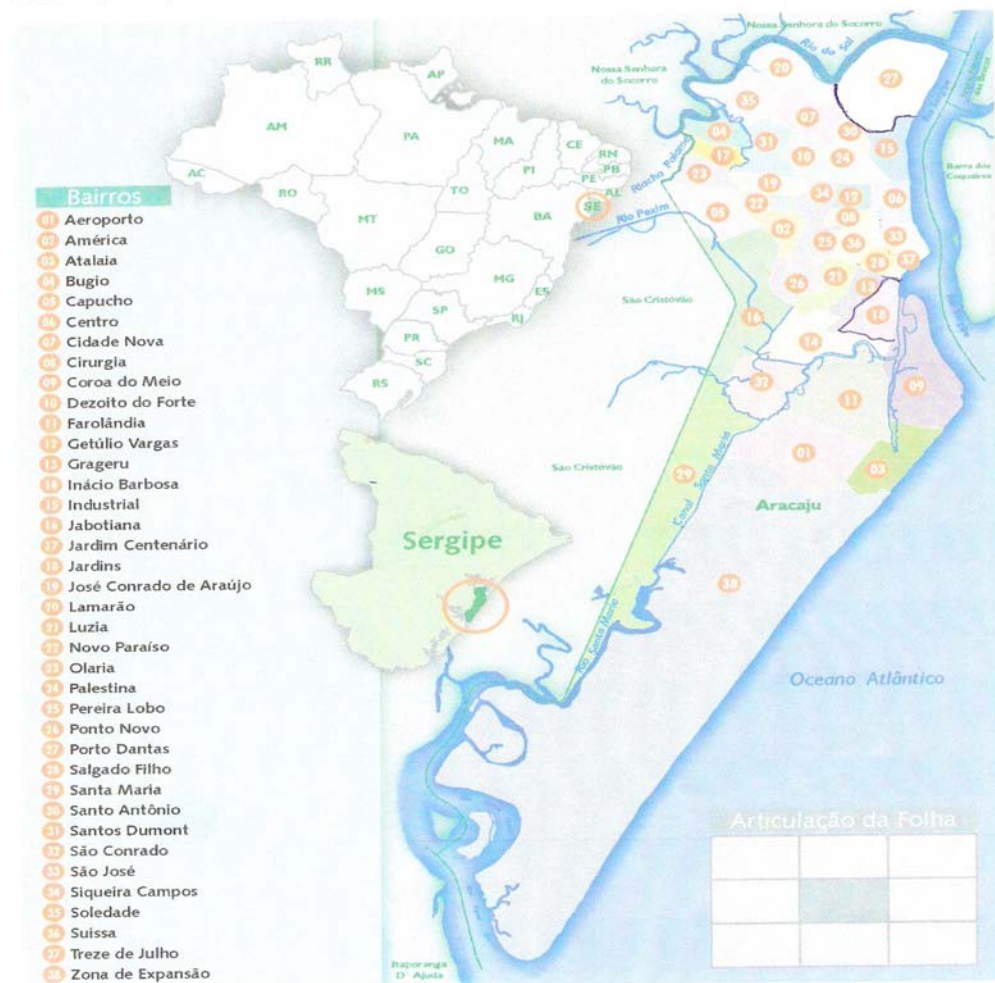


Foto 2: Aspectos Gerais da Ocupação Urbana – Invasão – Porto Dantas



Fonte: Alexsandra dos Santos

Foto 3 – Shopping Jardins – Centro da Ocupação urbana do Bairro Jardins



Fonte: Cinform, Junho 2006.

Foto 4 – Contrastes Urbanos – Bairro Porto Dantas e Jardins

Bairro Porto Dantas

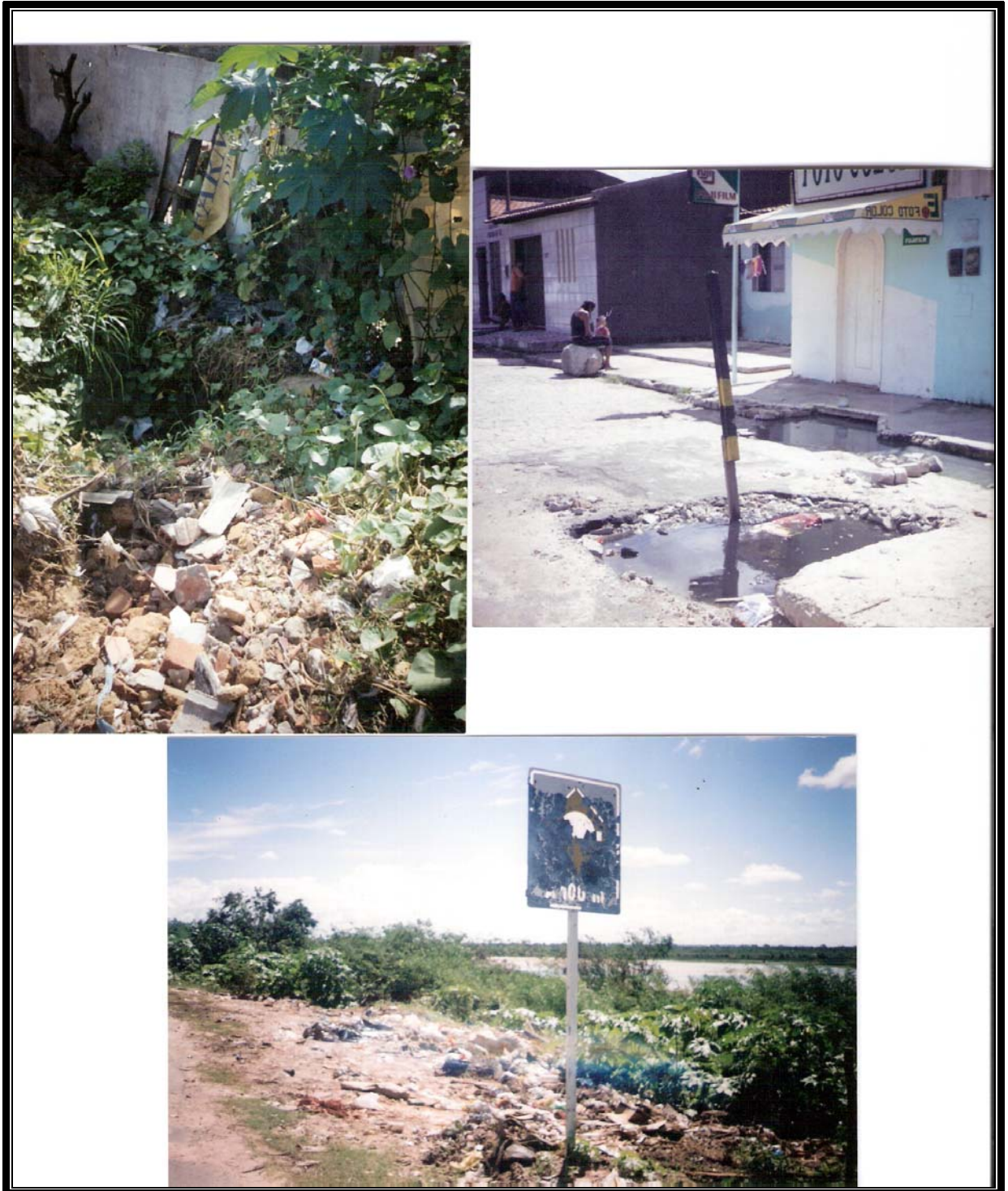


Bairro Jardins



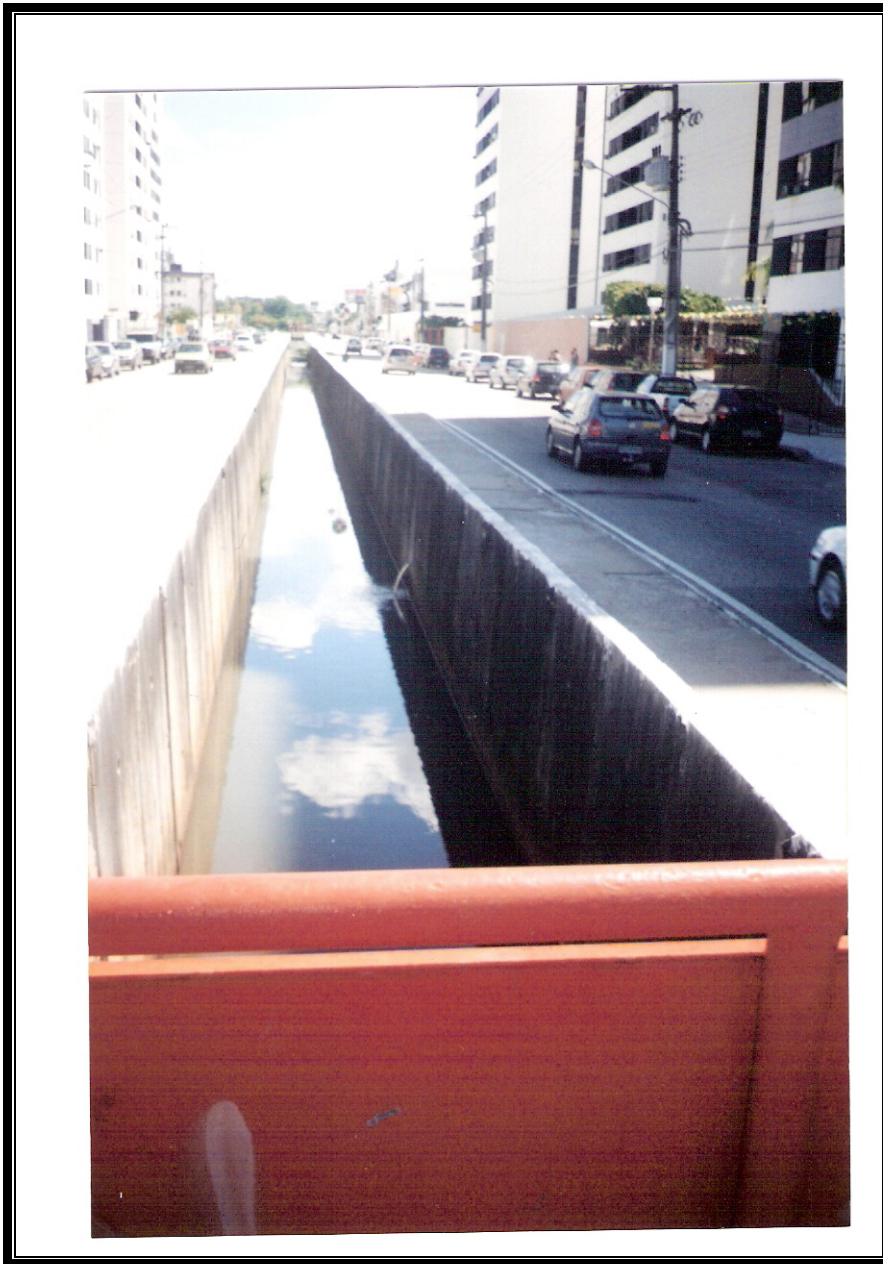
Fonte: Ediane Cardoso dos Santos

Foto 5 – Infra-estrutura – Bairro Porto Dantas



Fonte: Ediane Cardoso dos Santos

Foto 6 – Um dos poucos problemas do Bairro Jardins – Canal



Fonte: Ediane Cardoso dos Santos

Foto 7 – Terrenos baldios – Espaços de valorização urbana e problemas



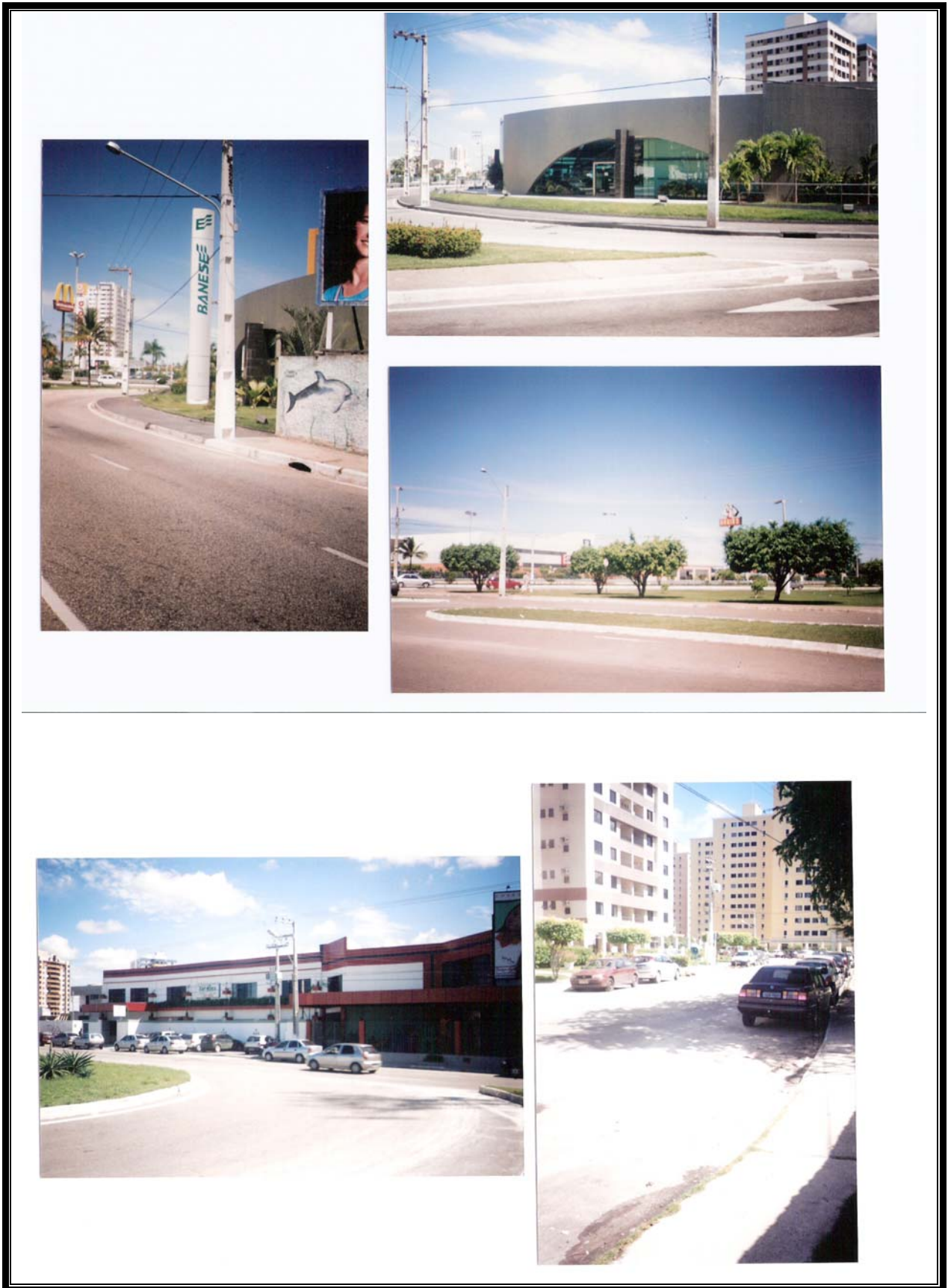
Fonte: Cristiane Rose Dias dos Santos / Ediane Cardoso dos Santos

Foto 8 – Equipamentos Urbanos – Bairro Porto Dantas (Serviços Básicos)



Fonte: Cristiane Rose Dias dos Santos

Foto 9 – Equipamentos Urbanos do Bairro Jardins



Fonte: Ediane Cardoso dos Santos

Foto 10 – Diferença de espaços de lazer entre os bairros

Bairro Jardins



Bairro Porto Dantas



Fonte: Ediane Cardoso dos Santos.